

bulo αἰσθάνεσθαι como *aisthane[is]tai*. Mas tudo isso não tira o grande mérito da publicação deste léxico.

Ao vir a lume esta essencial obra de referência — provavelmente a melhor que hoje dispomos em língua portuguesa a respeito de Platão — temos ago-

ra um excepcional auxílio para o estudo deste autor, que a torna indispensável não somente para os especialistas e bibliotecas interessados no filósofo grego, mas para compreender as raízes do pensamento ocidental e suas “notas de rodapé”...

Diác. Felipe de Azevedo Ramos, EP
(Professor do IFAT)

TOMÁS DE AQUINO, Santo. *Questões disputadas sobre a alma*. Trad. Luiz Astorga. São Paulo: É Realizações, 2012. 464p. ISBN: 978-85-8033-122-6.

Com esta publicação contamos com mais uma obra do Doutor Angélico em versão portuguesa, disponível em edição bilíngue. O tradutor, Luiz Astorga — quem já possui certa experiência em traduções do Aquinate —, juntamente com Sidney Silveira, são também os responsáveis pelas notas explicativas encontradas ao final do livro. O prólogo, escrito por Carlos Augusto Casanova Guerra (p. 7-23), é bastante atraente e revela seu domínio acerca do pensamento tomista, com grande capacidade de relação com outros filósofos.

Neste denso e esclarecedor escrito, em princípio destinado a um público já familiarizado com os textos do Aquinate, podemos encontrar o cerne da doutrina tomista a respeito da alma. Conforme Bernardo C. Bazán, editor do texto leoni-

no (v. 24, 1996, p. 25b), e a nota prévia do tradutor (p. 25), as 21 questões que compõem a obra foram disputadas provavelmente na Itália entre 1266-1267, diante de um público não somente estudantil, mas também pertencente à ordem dominicana (ed. Leon., v. 24, 1996, p. 102b). Revelando o pensamento ordenado do autor, o texto foi estruturado em questões de tamanhos semelhantes, enquanto a obra pode ser dividida em três partes equivalentes (conforme a divisão de Jean de la Rochelle): sete questões dedicadas à essência da alma, sete consagradas à união da alma com o corpo e outras sete que discutem a separação da alma do corpo.

Já desde a primeira questão é possível encontrar alguns tópicos centrais e por vezes distintivos da antropologia tomis-

ta: a alma considerada como forma do corpo, a sua espiritualidade (graças ao modo de sua operação), a sua subsistência por si mesma e a particularidade de ser considerada “completa” somente de acordo com a sua natureza específica, isto é, através da união com o corpo.

Entre as questões dois e cinco, encontramos algumas das doutrinas essenciais do Angélico Doutor contra o monopsiquismo de matriz averroísta. Esta corrente defendia a separação tanto do intelecto agente quanto do possível do corpo, bem como a unidade de ambos intelectos para todos os homens (isto é, o intelecto não seria individual, mas uma espécie de matriz universal). O Aquinate aponta os erros destas teses e ainda de outras, esmiúça as objeções, contrariando-as com argumentos contundentes, por vezes através do método *reductio ad absurdum*, quer dizer, a que teorias contraditórias poder-se-ia incorrer quem adotasse a posição averroísta.

Interessante e viva é a questão seis, na qual São Tomás nega a possibilidade de aplicar o hilemorfismo à alma. A prova central é bastante simples: uma vez que antes já se tinha provado que ela é forma, não pode, portanto, ser composta, contemporaneamente, de matéria e forma. Sem embargo, isto não impede a composição de ato e potência, a qual é compartilhada por todas as criaturas, mesmo os anjos, pelo que é necessário distinguir o ser (*esse*) e aquilo por meio do qual é (*essentia*) em todas as coisas, à exceção de Deus.

Também de grande relevo é a sétima questão, que aborda a diferença entre a alma separada e o anjo segundo a espécie. Aqui se evidencia o quanto a essência da alma está intimamente ligada ao fato de ela ser destinada a se unir ao corpo, o que não ocorre, como sabemos, com os anjos.

Seguindo o mesmo raciocínio, a questão oito trata de como “a alma racional tinha de unir-se a um corpo como o humano” (p. 163), justamente pelo fato de que “não possui espécies inteligíveis naturalmente impressas [...] pelas quais possa levar-se à sua operação própria, que é o inteligir” (p. 171). Nas questões seguintes (9-12) se examina se a alma é unida ao corpo por algum meio, se a alma está em todo corpo ou em parte dele, se alma humana é uma única substância e se ela coincide com as suas potências (e como estas podem ser distinguidas umas das outras).

A última parte da obra trata, como dissemos, acerca da alma separada. Mas antes de se deter no cerne do tema, São Tomás de Aquino julga necessário provar a imortalidade da alma (q. 14), a qual é sustentada, por sua vez, graças a seu modo de operar, isto é, totalmente imaterial e, portanto, incorruptível.

As próximas questões versam a respeito do modo de inteligência da alma separada: em primeiro lugar, se ela pode inteligir (q. 15). Em seguida, a fim de comparar a alma separada com a unida ao corpo, o Aquinate investiga se esta pode conhecer as substâncias separadas

(q. 16). Trata também da possibilidade de a alma separada conhecer as substâncias separadas (q. 17) e todas as coisas naturais (q. 18). Consoante com este último tema, o Santo Doutor investiga se as potências sensitivas permanecem na alma separada (q. 19) e se esta conhece os singulares (q. 20). Por último, esmiúça a intrincada problemática de como a alma pode padecer pela pena do fogo corpóreo (q. 21).

As *Questões disputadas sobre a alma* revelam, em seu conjunto, a notável estruturação do pensamento do Doutor Angélico, bem como sua clareza e genialidade ao se aprofundar neste tema fundamental de sua antropologia.

Quanto à tradução, é mister considerar que é superior às que normalmente encontramos do latim para o nosso idioma, mas com certa tendência à literalidade (como a utilização do verbo “advir” para “*advenio*” [por exemplo: p. 33]), o que, ao cabo, é preferível à excessiva liberdade, sobretudo quando se pretende ser fiel à terminologia filosófica, tão importante nos textos dessa natureza.

Por outro lado, apesar de todas as ressalvas feitas pelo tradutor em sua nota prévia, é difícil compreender porque foi utilizada a penúltima edição de Turim (Marietti, 1953) — baseada por sua vez em edições antigas, sobre as quais foram feitas algumas correções — e não simplesmente a edição crítica leonina cuidadosamente preparada em 1996. Ape-

sar disso, foram acrescentadas *emendationes* desta última edição em passagens que o tradutor julgou “relevantes” (cf. p. 25), como ocorre no trecho entre colchetes da página 96: “... non est necessarium ponere intellectum agentem, qui faciat phantasmata [receptibilia in intellectu possibili]”.

No que tange à tradução propriamente dita, Astorga é, em geral, bastante coerente, mas podemos apontar alguns pequenos lapsos. Por exemplo, ele traduz o verbo *intelligere* do enunciado da questão 16 no próêmio por “inteligir” (p. 31), enquanto esta mesma palavra contida em idêntica frase na página 327 é traduzida por “conhecer”. Apesar de ambas traduções serem pertinentes, esta ocorrência bem poderia ser comparada a um índice com um título diverso do enunciado no corpo do texto.

Além disso, assim como os erros são importantes para se descobrir a trajetória de um texto numa tradição manuscrita — graças às chamadas “contaminações”, isto é, a tendência dos amanuenses em repetir os erros transcritos nas cópias antecedentes, além de acrescentar suas falhas pessoais —, podemos aplicar o mesmo método para descobrir uma possível inspiração na tradução espanhola do texto, ao menos em alguns trechos. Tomemos como exemplo o corpo da questão cinco nas páginas 112-113:

Em latim lemos: “Et ideo *plures* posuerunt intellectum agentem esse substantiam separatam”.

Tradução: Em razão disto, *alguns* afirmaram que o intelecto agente seria uma substância separada.

Tradução espanhola (Navarra, 2001, 2.ed., p. 120): En razón de esto, *algunos* han afirmado que el intelecto agente es una sustancia separada.

Note-se que a versão portuguesa repete o erro da tradução espanhola traduzindo “*plures*” por “*alguns*” (“*algunos*”) e não por “*muitos*”, além de utilizar uma forma pouco frequente em nossa língua, embora correta, para traduzir “*et ideo*”: “em razão disto”, formulação idêntica à tradução espanhola (“*en razón de esto*”). A título de comparação seguem-se duas edições em outros idiomas:

Tradução italiana (Bologna, 2001, p. 141): “Per questo *multi* hanno ritenuto che l’intelletto agente fosse una sostanza separata”.

Tradução inglesa (Milwaukee, 1984, p. 85): “Consequently there are *many* who asserted that the agent intellect is a separate substance”.

Concernente às notas ao final, há relevantes comentários para a compreensão do texto. No entanto, na parte bibliográfica, encontramos a errônea atribuição do *Liber de causis* a Proclo de Bizâncio. Pelo que nos consta, até mesmo na tradicional edição de Bardenhever (1882) citada pelo tradutor (equivocadamente datada como sendo de 1822), a autoria do referido texto era tida como desconhecida, teoria que perdura até os nossos dias. Saffrey corrobora esta posição na Introdução ao *Super librum De*

causis expositio (Paris, 2002, p. xv): “Nada se sabe com certeza a respeito das origens e do autor do *Liber de causis*”. Entretanto, o que podemos afirmar sim, com certeza, é a inspiração *indireta* do texto na *Elementatio theologica* de Proclo, descoberta, aliás, que remonta à análise perspicaz do próprio São Tomás de Aquino (ibid., p. xxiv). Já na nota 69 (p. 443), o nome de Maimônides é referido como “*Salomão* Moisés Maimônides”. Se este primeiro nome atribuído ao filósofo judeu é real, há de se dizer que ao menos é incomum. De qualquer forma, não coincide com a nota 213 (p. 450), que exclui o referido prenome. De modo geral, por estes e outros pormenores (como citações incompletas e nomes de obras e referências não condizentes com o *status quo* da investigação atual), parece que faltou, infelizmente, uma revisão detalhada desta parte.

Por fim, talvez seria útil para as edições futuras deste importante escrito o acréscimo de uma bibliografia, índices e glossário. Outra sugestão seria incluir um ensaio introdutório que desse uma visão geral da obra, eventualmente útil ao leitor não habituado com a linguagem técnica do Doutor Angélico. No entanto, o que foi feito nesta publicação já é um grande passo para a divulgação do pensamento tomista para o público lusófono, em especial no Brasil.

Para concluir, cumpre ressaltar que este texto pode ser de grande utilidade para o leitor pós-moderno, o qual, infelizmente, torna-se cada vez mais adver-

so em aceitar o estudo daquilo que não é comprovado através dos sentidos ou por um tubo de ensaio. Mas, por outro lado, não se pode negar que a investigação sobre a alma se reveste de uma particular importância, porque reflete as indagações que brotam do mais íntimo de nosso ser. Afinal, como não admi-

tir que o homem se interroge naturalmente acerca das questões essenciais de sua existência, como de onde veio, para onde vai e para o que é destinado? Fica aqui o convite para a leitura desta obra: São Tomás de Aquino já deu a resposta detalhada a estas perguntas há quase oito séculos.

Diác. Felipe de Azevedo Ramos, EP
(Professor do IFAT)